

# **As Primeras Formas de Lutas Contra o Racismo no Brasil Republicano**

Prof. Dr. João Batista de Jesus Felix  
Universidade Federal do Tocantins

**RESUMO:** O ensaio aqui apresentado traça um breve histórico das organizações negras brasileiras ao longo do século XX, apontando para a existência de um paradigma teórico baseado nas idéias de “democracia racial” que somente seria superado a partir da década de 1980 com a organização do Movimento Negro Unificado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Democracia racial, Organizações negras, Luta anti-racista

**ABSTRACT:** The paper presented here traces a historical briefing of the Brazilian black organizations throughout century XX, pointing with respect to the existence of a theoretical paradigm based in the ideas of “racial democracy” that would only be surpassed from the decade of 1980 with the organization of MNU.

**KEY-WORDS:** Racial democracy, Black organizations, Fight anti-racist.

Este ensaio tem como principal intenção traçar um breve perfil das organizações negras que existiram antes da década de 1970, momento em que o Movimento Negro assume uma nova posição, regatando os principais elementos constituintes do paradigma teórico que orientou as ações anti-racistas ao longo do século XX.

## A FRENTE NEGRA BRASILEIRA

A Frente Negra Brasileira (FNB), fundada em 16 de setembro de 1931, teve como primeiro presidente o Dr. Arlindo Veiga dos Santos (Barbosa, 1998; 13), o qual tinha como maior objetivo político a inclusão do negro na sociedade brasileira. Para tanto, defendia que esses deveriam assumir as etiquetas comportamentais da “boa sociedade”, o que equivalia dizer “branca”, para que assim pudessem ser incorporados à sociedade brasileira.

Segundo o sociólogo Antônio Sérgio Guimarães:

A ideologia nacionalista de integração e assimilação, que impregnava a Frente Negra Brasileira, deixou de fora dessa mobilização a defesa das formas culturais africanas como o candomblé e a umbanda, vistas como resquícios primitivos, apesar de cultuadas pela elite intelectual brasileira branca, principalmente romancistas e antropólogos (Guimarães, 1999; 21).

Apesar de ser uma entidade que priorizava as atividades políticas, a FNB também organizava bailes para seus filiados e simpatizantes (Pinto, 1993). Nesse sentido, podemos registrar a seguinte declaração do velho líder negro:

O indivíduo, que freqüentava salões de bailes, acabava se tornando popular, pois o baile era algo indispensável. Só os que não tinham condições nenhuma de se apresentar é que não iam. Tinham de se contentar com festas de quintal, batizados, casamentos. Quando nesses lugares aparecia um sujeito que freqüentava salão, era uma rivalidade danada. As damas acabavam disputando o chamado ‘negro de salão’, que em geral se vestia muito bem e era pouco dado à bebida (Cuti, 1992).

Os bailes voltados à comunidade negra em São Paulo, inicialmente, apresentavam a função de complementar as atividades políticas das entidades voltadas às lutas em defesa dos interesses daquela população. No entanto, o baile, segundo Regina Pahim Pinto, não era considerado, unanimemente, uma atividade de maior importância:

Havia por parte das lideranças negras uma luta constante para que a vida associativa não se reduzisse a satisfazer apenas às necessidades de lazer. Na

sua opinião e deveria ter um caráter instrumental, deveria ser aproveitada para a melhoria do negro, seja do ponto de vista moral, intelectual, cultural, e também beneficente, afim de proporcionar amparo à população negra. Há muitos editoriais que externam essa preocupação, lembrando a necessidade das '*sociedades dos homens de cor*' lutarem por objetivos mais amplos. Lançavam-se também apelos aos seus diretores, para que estes se conscientizassem deste fato e incentivassem, nos associados, essa mentalidade (Pinto, 1993; 81; Destaque da autora).

Para a FNB, portanto, o baile era visto como um mero apêndice e não como um instrumento na construção de uma identidade negra ou como algo que pudesse ajudar na luta pela melhoria da vida da população negra. Na opinião dos dirigentes negros, além de divertir, ele trazia o risco de levar o freqüentador à acomodação. Assim, para a direção da Frente Negra Brasileira o lazer não tinha importância na luta contra a discriminação, o preconceito e o racismo. Por outro lado, como a entidade pretendia a inclusão social, a questão da identidade não constituía um tema da agenda política.

Francisco Lucrécio, militante histórico da Frente Negra Brasileira, declarou a respeito:

Na Frente Negra não tinha essa discussão de volta à África. Tínhamos correspondência com Angola, conhecíamos o movimento de Marcus Garvey, mas não concordávamos. Nós sempre nos afirmamos como brasileiros e assim nos posicionávamos, como pensamento de que os nossos antepassados trabalharam no Brasil, se sacrificaram, lutaram desde de Zumbi dos Palmares aos abolicionistas negros, então nós queríamos, nos afirmarmos, sim, como brasileiros. Não queríamos perder a nossa identidade de brasileiros. Seguimos, portanto, alinhados aos nossos antepassados (Barbosa, 1998; 46) <sup>1</sup>.

Como podemos notar, a FNB não via propriamente com bons olhos as expressões culturais que remetessem a uma origem africana, tais como o samba, a capoeira e o candomblé. Pelo contrário, percebiam nelas um resquício da inferioridade do negro diante do branco. Seu posicionamento político era de cunho nacionalista e seus propósitos apontavam para a integração total do elemento negro na sociedade de classes que se constituía no Brasil naquele período e por isso a África nunca foi uma referência para a luta daqueles negros.

A Frente Negra Brasileira é a primeira grande entidade negra organizada depois da abolição do trabalho escravo decretada num domingo de 1888. Naquele momento, a antropologia, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, ainda utilizava a "raça" como um conceito científico e o Darwinismo Social era largamente adotado no Brasil<sup>2</sup>. A diversidade cultural e a fenotípica entre as populações eram

entendidas como a confirmação da existência das raças e “a partir desse dogma, produziram-se hierarquias raciais que invariavelmente localizavam os europeus civilizados, no topo; os negros ‘bárbaros’ e os índios ‘selvagens’ se revezavam na base” (Seyferth, 1996; 43).

O fim da escravidão deixou um dilema para os pensadores nacionais. O fato de ter havido uma intensa miscigenação no Brasil fez com que surgissem intelectuais defendendo que este era o maior dos motivos de nosso fracasso como nação. O grande expoente desta visão pessimista foi o médico baiano Nina Rodrigues, autor de várias obras<sup>3</sup> onde defendia o fim da mistura racial no país. Outro baluarte dessa discussão foi o pensador, crítico e folclorista Silvio Romero, que embora visse com olhar menos negativo a miscigenação, acreditava que o futuro levaria ao embranquecimento do país<sup>4</sup>. Ou seja, para Romero a superioridade racial dos brancos acabaria resolvendo os problemas existentes na raça negra. Para este pensador, a mestiçagem acabaria por levar a uma diferenciação nacional e o mestiço seria o agente transformador por excelência da cultura brasileira.

A saída brasileira frente ao seu ‘problema’ racial foi juntar teorias “formalmente excludente” e desta maneira, “racismo e liberalismo conviveram no país” (Schwarcz, 1993; 245). Neste contexto, o Estado decide implementar uma política de imigração europeia que entre outros objetivos, pretendia embranquecer o país. Por outro lado, a vinda de um grande contingente de imigrantes europeus aumentou o índice de desemprego e de marginalização entre os negros e os mestiços. Não havia, no entanto, por parte da FNB, uma conscientização dessa política de branqueamento e a entidade continuou com sua política de inclusão.

Desse modo, para a FNB a África era algo distante, que não trazia nada além de uma tênue ligação por ser o local de onde tinham vindo os seus ancestrais. Exemplar é o texto publicado no jornal *Getulino*, em 1924:

A África é para os africanos, meu negro. Foi para o teu bisavô cujos ossos, a est' hora a terra reverteu em pó se tornaram. A África é para quem não teve o trabalho de cultivar e dar vitalidade a um imenso paiz como este.

A África é para quem quiser, menos paranós, isto é, para os negros do Brasil que no Brasil nasceram, criaram e multiplicaram. Nem por brincadeira, se pense que negro brasileiro, faça alguma cousa que preste em África. [...] o que faria em África essa minoria alfabeticada em meio a esse colosso de gente sem intrução? O que faria em África essa gente sem dinheiro? O que faria em África esse povo que passa a vida inteira a saracotear ao som de rouquenas sanfonas ou de desafinado *jazz-band*?

Não seria melhor que tu fosses mais brasileiro, isto é, que tu fosses patriota em benefício d' esta terra bem dicta que te viu nascer, que te acolhe como mãe carinhosa, esta terra que é nossa [...], é nossa já ouviu? Nossa porque fomos nós que a edificamos, nós que lhe demos tudo até o sangue, par lhe

garantir a integridade das invasões de estrangeiros.

O Brasil é para os brasileiros, que quer dizer é para os negros, já ouviu? [...] nós estamos em casa (Getulino, 1924, ano II, n. 64: 20/12 *apud* Guimarães, 2004; 30).

Como podemos notar, a posição da Frente Negra Brasileira refletia o contexto político de seu tempo; concluir hoje que ela não endossava os interesses dos negros, seria um anacronismo. Vejamos a opinião de José Correia Leite, militante negro e um dos fundadores do Clarim da Alvorada, certamente o mais importante jornal da Imprensa Negra da década de 1930, sobre o candomblé e o samba:

A religiosidade de raiz africana tinha muito pouca manifestação. No começo não havia terreiro. Praticava-se o que se conhecia com o nome de feitiçaria, em lugares muito distantes. Tudo era feito com muito sigilo. Alguns até supunham que eles estivessem sambando. Na época o samba era dança de terreiro, com batida de bumbo. Não se conheciam essas palavras 'candomblé' e 'umbanda'. Não se falava de orixá, pelo menos eu não ouvi, até por volta de 1943 quando se liberou o funcionamento dos centros de umbanda e candomblé. Certas influências do negro o branco não aceitava, com raras exceções. Eu nunca tive nenhum contato direto com essas manifestações. Até então os negros, sobretudo os baianos, sabiam que aqui era proibido; se praticasse ia preso. Sabiam que negro quando prendiam podiam fazer dele o que quisessem, pois não tinha ninguém que fosse ampará-lo. O negro esteve sempre no desamparo. E uma das nossas idéias era essa: se unir para ter um retaguarda, pra não ser um que apanhasse sozinho. Mas, nunca conseguimos nada de união, sem que houvesse uma motivação de lazer, recreação (Cuti, 1992; 56).

Esta declaração nos mostra o quanto o candomblé e o samba eram desconhecidos por parte da população negra paulistana, assim como estas eram práticas culturais marginalizadas em São Paulo<sup>5</sup>.

Mas é nesta realidade, muito isolada das expressões culturais de origens afros, que surge a Frente Negra Brasileira. Segundo Guimarães, o que explica esse fato é que "não por acaso foi em São Paulo, onde a imigração estrangeira foi mais importante, que a consciência negra floresceu com maior vigor, tomando a forma xenófoba". Ou seja, nesse Estado percebe-se nos imigrante o principal concorrente dos negros, que deveriam ser combatidos. O que mais interessava à FNB era incluir o negro no projeto de nação que estava sendo posto em execução.

Vale afirmar que a Frente Negra Brasileira, ao defender que os negros assumissem os valores dos brancos, estava, na verdade, raciocinando influenciada pelos paradigmas da mestiçagem, tão em voga naquela época.

Neste sentido, aquela organização negra não sentia a necessidade de

defender uma cultura negra, ou afro-brasileira, porque, para ela, só existia um país e os negros deveriam fazer parte dele, como brasileiros. Só assim podemos entender esta afirmação, publicada no jornal *A Voz da Raça*, órgão oficial da Frente Negra Brasileira:

Que nos importa que Hitler não queira, na sua terra, o sangue negro! Isso mostra unicamente que a Alemanha Nova se orgulha da sua raça. Nós também, nós brasileiros temos raça. Não queremos saber de arianos. Queremos o brasileiro negro e mestiço que nunca traiu nem trairá a nação (*A Voz da Raça*, I, 27; *apud* Guimarães, 2002; 3).

Ou seja, para a FNB o negro mereceria, por ser brasileiro nato, melhor tratamento, pois, por motivo desta sua origem, ele “nunca vai trair a nação”, o que não se podia afirmar dos estrangeiros.

A Frente Negra Brasileira torna-se partido político em 1936. No ano seguinte, o Estado Novo decreta o fechamento de todos os partidos políticos, o que acabou também afetando a FNB.

## TEATRO EXPERIMENTAL DO NEGRO

Uma outra experiência cultural e política organizada pelos negros foi o Teatro Experimental do Negro (TEN), surgido na década de 1940, na cidade do Rio de Janeiro. Esta organização trouxe consigo a proposta de prestigiar uma cultura negra. O TEN começou suas atividades montando a peça *Emperor Jones*, do dramaturgo Eugene O'Neill, reconhecido como um renovador da dramaturgia norte-americana. Seus textos nunca haviam sido encenados no Brasil antes da iniciativa do TEN. Posteriormente, essa associação procurou incorporar o candomblé e o samba como temas de suas peças, porque entendia que elas seriam manifestações populares e o “povo”, para o TEN, era visto como negro. A entidade foi criada com os seguintes propósitos:

Resgatar no Brasil os valores da cultura negro-africana degradados e negados pela violência da cultura branco-europeia; propunha-se a valorização social do negro através da educação, da cultura e da arte [...] denunciando os equívocos e a alienação dos estudos sobre o afro-brasileiro e fazer com que o próprio negro tomasse consciência da situação objetiva em que se achava inserido (Mendes, 1993; 48).

Segundo Roger Bastide (1974), o TEN inverteu a representação do negro no teatro brasileiro, ao fazer com que ele deixasse de ser somente personagem

negativa, sem grande destaque nas montagens, para passar a assumir posição de importância. Além do mais, o TEN passou a divulgar valores da negritude, incorporando expressões culturais de origens africanas em suas peças. Para Douxami (2001, 320), que procurou analisar várias experiências de teatro negro no Brasil, “O TEN caracterizou-se pela mistura cultural com o político, valorizando a cultura afro-brasileira e denunciando o racismo através da arte”.

O TEN, diferentemente da Frente Negra Brasileira, volta-se para o continente africano, pois é lá que ele entende estarem as raízes culturais e identitárias dos negros brasileiros. Desta maneira, a cultura, naquele momento, deixa de ser simples artefato de lazer para ser vista como um instrumento legítimo na luta anti-racista. A maior liderança do TEN foi Abdias Nascimento, que assim definiu a organização:

O TEN [...] não [foi] apenas uma associação artística ou sócio-política, mas um experimento sócio-racial tendo em vista o adestramento gradativo da gente negra, com acesso só nas classes de camponato e operariado (Mendes, 1993, 50).

Esta opinião de Abdias Nascimento mostra o quanto a posição do TEN era diferente da assumida pela Frente Negra Brasileira. Desde sua fundação, ele já assume uma luta em prol da identidade negra em contraposição à sociedade branca hegemônica. Mas, mesmo assim, a atitude do TEN não estava tão distante da assumida pela Frente Negra Brasileira, que também defendia um ‘adestramento’, uma socialização da população negra, rumo a um estilo de vida que ambas entendiam estar longe das condições de existência da maioria dos negros brasileiros de suas épocas. Isto é, essas duas entidades, por caminhos diversos, queriam melhorar as condições dos negros brasileiros.

Além dos textos teatrais, o TEN também promoveu a escolha do título “Rainha das Mulatas” e a da “Boneca de Fiche”, na tentativa de, segundo Abdias, “reeducar o gosto estético (dos negros) pervertido pelas pressões e consagração dos padrões brancos”, instituiu um concurso de artes plásticas sobre o tema Cristo Negro em 1935 e sob seu patrocínio foi realizada a Convenção Nacional do Negro em 1945 na cidade de São Paulo e a Semana do Negro em 1955 (MENDES, 1993, 51).

Como podemos notar, a arte foi entendida pelo TEN como uma maneira de atuar politicamente. Para o TEN, a arte negra começa a ser fundamental para a construção de uma “identidade negra”. Assim, a grande diferença entre a FNB e o TEN é que para a primeira o negro deveria simplesmente assumir os valores sociais dos brancos, para superar os seus percalços sociais e econômicos. O ideal para o negro brasileiro, de acordo com a Frente Negra Brasileira, seria a total assimilação dos valores do grupo dominante, ou seja, a do branco. Já para o TEN, o que o

negro deveria fazer era lutar para ter o direito de ser ele mesmo.

Esta posição do TEN não era, porém, tão definida. Em algumas ocasiões seus líderes consideravam os negros como sendo portadores de uma “incapacidade temporária [de exercerem] a política por terem uma mentalidade pré-lógica, pré-letrada” (Maio, 1996; 181). Assim, “o TEN viveu o dilema entre a afirmação política da identidade negra e a influência do etnocentrismo europeu adaptado à realidade brasileira, ou seja, a ‘ideologia do branqueamento’” (Maués, 1988). Tal posição do TEN foi influenciada pelo ingresso na entidade do sociólogo negro Guerreiro Ramos. Para este pensador o TEN deveria criar uma *intelligentsia* com o objetivo de “ganhar a confiança dos poderosos desta terra. Que eles reconheçam em nosso movimento uma expressão de elite, um princípio de equilíbrio e harmonia social” (Ramos, 1950; 50). Poderíamos acrescentar a palavra racial ao final desta citação e não estaríamos modificando em nada a linha de raciocínio do seu autor.

O TEN surge depois do lançamento de Casa-Grande e Senzala de Gilberto Freyre em 1933, obra que de alguma maneira questionava o antigo pensamento hegemônico que via na miscigenação um prejuízo. Além do mais, nos estertores da Segunda Guerra Mundial o conceito raça já perdia seu *status* científico, pelo menos nas ciências humanas<sup>6</sup>. Por outro lado, na última etapa da Ditadura do Estado Novo a questão da nacionalidade brasileira seria tema fundamental<sup>7</sup> na ideologia do Estado. Gilberto Freyre, depois do sucesso alcançado pelo lançamento de Casa-Grande e Senzala, passou a defender juntamente com Arthur Ramos entre outros pensadores que a democracia racial seria uma característica típica da colonização portuguesa. Esta marca caracterizaria os portugueses porque eles foram dominados pela civilização moura, do norte da África, por mais de mil anos. Esse contato teria feito com que os lusitanos deixassem de ser um povo que defendesse tanto a pureza racial como os anglo-saxões, por exemplo. Arthur Ramos, um antropólogo seguidor da idéia de que no Brasil havia uma democracia racial, defendeu com ardor a realização no Brasil da pesquisa sobre relações raciais baseada em tais pressupostos que havia sido proposta pela UNESCO em sua 5ª Conferência Geral, ocorrida no mês de julho de 1950 (MAIO, 1997). A relação próxima que Abdias Nascimento manteve com o autor de Introdução À Antropologia Brasileira (1951) influenciou o TEN no que se refere á defesa da implementação de uma real democracia racial no Brasil, pensamento hegemônico da época. O documento final da Convenção do Negro Brasileiro, em 1945, trazia estas reivindicações:

1- Que se tome explícita na Constituição de nosso país a referência à origem étnica do povo brasileiro, constituído das três raças fundamentais: a indígena, a negra e a branca;

- 2- Que torne matéria de lei, na forma de crime lesa-pátria, o preconceito de cor e de raça;
- 3- Que torne matéria de lei penal o crime praticado nas bases do preceito acima, tanto nas empresas de caráter particular como nas sociedades civis e nas instituições de ordem pública e particular;
- 4- Enquanto não for tornado gratuito o ensino em todos os graus, sejam admitidos brasileiros negros como pensionistas do Estado, em todos os estabelecimentos particulares e oficiais de ensino secundário e superior do país, inclusive nos estabelecimentos militares;
- 5- Isenção de impostos e taxas, tanto federais como estaduais e municipais, a todos os brasileiros que desejarem se estabelecer com qualquer ramo comercial, industrial e agrícola, com capital superior a Cr\$ 20.000.00;
- 6- Considerar como problema urgente à adoção de medidas governamentais visando a elevação do nível econômico, cultural e social dos brasileiros.

Chama a atenção as reivindicações defenderem a idéia de que o Brasil é formado por três raças, o que reforça o projeto apresentado pelo alemão Karl Von Martius, no concurso criado pelo Instituto Histórico Brasileiro e Geográfico, em 1839, no qual se argumentava que a história do país seria o resultado da união das três raças: negra, branca e indígena e que venceu o concurso (Schwarz, 1995).

Outro pleito era a exigência de o racismo tornar-se crime no Brasil<sup>8</sup>. O documento continuava com a solicitação de uma política de educação para os negros e para os pequenos comerciantes negros. E terminava com o pedido para que o governo também procurasse fazer o bem para todos os brasileiros. Essa última exigência mostra que a “democracia racial” era um valor para os participantes da referida Convenção.

## ARISTOCRATA CLUBE E CLUBE 220

Depois do TEN, podemos afirmar que a luta anti-racista no Brasil prosseguiu por uma década sem que pudéssemos destacar nenhuma outra entidade negra de relevo. Mas os paradigmas defendidos pelo TEN – resignificação de uma arte e cultura negro-africana, valorização social do negro e defesa da construção de uma “identidade negra” – tornaram-se hegemônicos na luta anti-racista brasileira. Essa situação mudaria somente em 1961, quando surgiu o Aristocrata Clube, entidade negra freqüentada por uma possível “classe média negra”. Entre seus primeiros sócios havia advogados, oficiais de justiça, médicos e pequenos empresários. O ápice de sua existência foi a compra de um terreno no bairro Grajaú, na zona sul da cidade de São Paulo, onde foi construída a sua sede social com uma piscina, um salão de festa, quadra de esportes e um campo de futebol. Neste local eram

realizados os seus maiores eventos sociais (Soares, 2004; 34).

A outra organização negra de destaque surgida neste período em São Paulo foi o Clube 220, que era freqüentado por trabalhadores negros – funcionários públicos, operários qualificados (mecânicos, torneiros, ajustadores, etc) e pequenos comerciantes que constituíam uma espécie de “classe média baixa”. Tinha como principal função promover jogos de futebol e basquete entre seus associados e também organizar alguns cursos de corte e costura. O Clube 220 notabilizou-se por realizar o concurso “Bonequinha do Café” que culminou na construção do monumento à Mãe Preta localizado no Largo do Paçandu, local da entrega do prêmio (Soares, 2004; 33 e 34).

Essas duas organizações retomaram alguns ideais defendidos pela Frente Negra Brasileira, ou seja, utilizavam a arte e o lazer como simples apêndices de suas atividades políticas. Neste sentido, para elas, os bailes voltaram a ser meros momentos de descontração dos participantes, apartados de suas atividades políticas cotidianas que eram constituídas por palestras e debates sobre a história do negro no Brasil, cursos de profissionalização e de alfabetização, etc. Mas diferentemente da FNB, no caso dessas duas últimas entidades negras não houve resistência, entre suas lideranças, quanto à organização dos bailes. Ao contrário, era por meio deles que ambas podiam obter parte dos recursos necessários para manter seus gastos cotidianos. Outra grande diferença com a FNB, é que o Aristocrata Clube e o Clube 220 tinham como função primordial a luta pela construção e consolidação de uma identidade negra. Nesse quesito estas entidades se aproximavam mais das propostas defendidas pelo Teatro Experimental do Negro.

O fato de tanto a Frente Negra Brasileira como o Aristocrata clube e o Clube 220 utilizarem os bailes em suas atividades mostra como esta atividade tinha algum significado maior para a população negra. O que queremos tornar evidente é que esses bailes servem de veículos para reflexão, isto é, eles “são bons para pensar”. Eles são componentes interessantes no processo de construção da identidade negra. Essa repetição pode nos levar a fazer um paralelo com as afirmações de Marshall Sahlins (1990; 181):

No final, quanto mais as coisas permanecem iguais, mais elas mudam, uma vez que tal reprodução de categorias não é igual. Toda reprodução da cultura é uma alteração, tanto que, nação as categorias através das quais o mundo atual é orquestrado assimilam algum novo conteúdo empírico.

Dessa maneira, os bailes continuavam lá, mas eram relidos e traduzidos de formas distintas ganhando conotações também diversas.

É de se notar que, apesar de a FNB, o Aristocrata Clube e o Clube 220 realizarem bailes, há diferenças nas finalidades que tais entidades dão para eles.

Essa diversidade está ligada ao projeto político de cada uma delas. A utilização que cada uma dava a seu baile determinava também o tipo de público frequentador de suas atividades festivas. Tanto o Aristocrata quanto o Clube 220 foram criados com vistas a atenderem aos anseios de distinção que existiam no interior de algumas camadas sociais médias negras emergentes nos anos de 1960. Portanto, ambos tinham uma lógica que implicava a exclusão da maioria da população negra. O que unificava essas três entidades era o fato de que para todas, o baile era uma forma de lazer complementar às suas atividades sociais. Em outras palavras, via-se o baile mais como um escape das atividades rotineiras.

Além dos bailes e convescotes mensais, o Clube 220 também decidiu organizar, a partir de 1962, o concurso “Bonequinha do Café”, que elegia e coroava a negra paulistana mais bonita, como que resgatando o “Bonequinha de Fiche” do TEN. A entrega do título ocorria sempre no dia 13 de maio em comemoração à Abolição da escravatura, em frente ao Monumento em Homenagem à Mãe Preta<sup>9</sup> no pátio da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos homens Pretos, no Largo do Paiçandu.

Na entrega do título “Bonequinha do Café”, de 1977, em determinado momento, no meio do público, foi aberta uma faixa com os dizeres: “Abaixo o Racismo Brasileiro”. O evento foi presenciado pelo General Comandante do II Exército, representando o então presidente da república General Ernesto Geisel, pelo governador do estado, Paulo Egídio Martins, e pelo prefeito da cidade de São Paulo, Olavo Egídio Setúbal. O fato constrangeu muito as autoridades presentes no palanque, uma vez que o ato quebrava todo o clima de harmonia racial brasileira, que estava sendo pretensamente comemorado. Outro grupo levou um manifesto ao palanque e exigiu espaço para lê-lo. A direção do evento, embora contrariada, mediante insistentes pedidos do público presente, decidiu fazer a leitura. O teor do panfleto era extremamente crítico às relações raciais brasileiras e desgostou profundamente os organizadores, embora a assistência tenha até aplaudido parte do manifesto<sup>10</sup>. Desde então, o Clube 220 nunca mais entregou o título “Bonequinha do Café” em praça pública. Esse acontecimento marcou a luta anti-racista brasileira. Seus protagonistas tinham origem em grupo de militantes negros da Liga Operária, que se definia como uma organização *trotskista*<sup>11</sup>. A intenção deles era demonstrar que as entidades culturais não serviam aos interesses da maioria da população brasileira negra e pobre (Felix, 1996 e Hanchard, 2001).

Tanto o Aristocrata Clube como o Clube 220 atuaram politicamente seguindo os paradigmas da mestiçagem que já haviam influenciado as atuações da Frente Negra Brasileira e do Teatro Experimental do Negro. O rompimento com esse modelo se dará somente nos estertores da década de 1970, início da década de 1980, com o lançamento do MNU. Mas isto é assunto para outro artigo...

## NOTAS

1 Marcus Garvey nasceu em 1885 na Jamaica e é considerado o pai do pan-africanismo, doutrina que propunha unir todos os negros em um só país. Criou a *African Orthodox Church*, igreja só para negros. Sua proposta mais ousada foi a tentativa de convencer os negros norte-americanos a retornarem todos para a África (Nota minha).

2 Uma boa fonte sobre este assunto é O espetáculo das Raças, de Lilia Schwarcz, de 1993.

3 Alguns exemplos são *As Raças Humanas e a responsabilidade Penal no Brasil de 1894* e o *Animismo Fetichista dos Negros Baianos* editado em 1900.

4 Algumas de suas publicações sobre este tema são *História da Literatura Brasileira*, 2 volumes, de 1888; *O Brasil Social de 1907* e *O Evolucionismo e o Positivismo no Brasil de 1895*.

5 Na Bahia, apesar de toda a repressão, essas práticas sociais eram mais conhecidas e praticadas pelos negros daquele Estado.

6 Duas obras de referência sobre este assunto são as publicações *Raça e Ciência I e II*, da Editora Perspectiva.

7 Fontes sobre este tema são Skidmore (1976), Schwarcz (1998).

8 O que só aconteceria em 1989, no governo de José Sarney, que sancionará a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro (Guimarães, 1998 e Silva, 1998).

9 Existe uma curiosidade em relação a este monumento. Quem olha para ele, tem a imagem de uma senhora negra amamentando uma criança também negra. A idéia inicial dos seus elaboradores só foi totalmente revelada em 1988. Neste ano, quando se comemorou o primeiro centenário da assinatura da Lei Áurea, a prefeitura de Campinas decidiu montar uma réplica deste monumento naquela cidade. Para tanto solicitou aos dirigentes da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos permissão para tirar um molde daquela estátua. Como contrapartida assumiram fazer uma limpeza de toda a estátua. Terminado o serviço, a população pode perceber que a mulher, de fato, era negra, mas a criança não. Ela era dourada. Pouco tempo depois, por causa da poluição dos ares paulistanos, tudo voltou a ficar preto novamente.

10 Este fato nos foi relatado por Hamilton Bernardes Cardoso, em 1994. Ele foi um dos fundadores do Movimento Negro Unificado - MNU. Em novembro de 1996 cometeu o suicídio, saltando nas águas poluídas do rio Tietê.

11 Estas mesmas pessoas, mais tarde, fundaram o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial - MNUCDR.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Márcio (Org.). *FRENTENEGRA BRASILEIRA: depoimentos* São Paulo, Quilombhoje, 1998.

- BASTIDE, Roger. *Sociologie du Théâtre Nègre Brésilien*. Revista dos Tribunais, São Paulo, 1974.
- COMAS, Juan e outros. *RAÇA E CIÊNCIAS I*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1960.
- CUTI, José C. L. (Org.). ...*EDISSEIO VELHO MILITANTE, JOSÉ CORREIA LEITE: depoimentos e artigos*. São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- DOUXAMI, Christine. *TEATRO NEGRO: a realidade de um sonho sem sono in REVISTA AFRO-ÁSIA*, nº 25-26, Salvador, UFBA, 2001
- DUNN, I. C. e outros. *RAÇA E CIÊNCIAS II*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1960.
- FELIX, João Batista de Jesus. *CHIC SHOW E ZIMBABWE: a construção da identidade nos bailes black paulistanos*. Dissertação de Mestrado defendida na FFLCH/USP, 2000.
- FREYRE, Gilberto. *CASA-GRANDE & SENZALA: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro, Jose Olympio, 1978.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *PRECONCHTO EDISCRIMINAÇÃO: queixas de ofensas e tratamento desigual dos negros no Brasil*. Salvador, Novos Toques, 1998.
- 1999, *RACISMO E ANTI-RACISMO NO BRASIL*. São Paulo, Editora
- GUIMARÃES, Maria Eduarda Araújo. 1998, *DO SAMBA AO RAP: a música negra no Brasil*. Tese de Doutorado defendida no instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas.
- HANCHARD, Michael George. *ORFEU E O PODER: o Movimento Negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)*. Rio de Janeiro, Editora UERJ, 2001
- MAIO, Marcos Chor. A Questão Racial no Pensamento de Guerreiro Ramos. In MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura (org.), *RAÇA, CIÊNCIA E SOCIEDADE*, Rio de Janeiro, Editora Fiocruz e Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.
- MAUÊS, M. A. M. *ENTRE O BRANQUEAMENTO E A NEGRITUDE: o TEN e o debate da questão racial*. Dionysios, nº 28, Rio de Janeiro: MinC/Fundacen, 1988.
- MENDES, Miriam Garcia. *O NEGRO E O TEATRO BRASILEIRO (entre 1889 e 1982)*. São Paulo, Hucitec; Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Arte e Cultura; Brasília, Fundação Cultural Palmares, 1993.
- PINTO, Regina Pahim. *O MOVIMENTO NEGRO EM SÃO PAULO: luta e identidade*. Tese de Doutorado defendida na FFLCH/USP, 1993.
- RAMOS, Arthur. *INTRODUÇÃO À ANTROPOLOGIA BRASILEIRA*. Rio de Janeiro, Editora da Casa do Estudante no Brasil, 1951
- SAHLINS, Marshall. *ILHAS DE HISTÓRIA*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1990.
- SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. *O ESPETÁCULO DAS RAÇAS: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870 - 1930*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Complexo de Zé Carioca, sobre uma certa ordem de mestiçagem e a malandragem*.

*Revista Brasileira de Ciências Sociais*, N.º 29, São Paulo, 1995.

SEYFERTH, Giralda. Construindo A Nação: Hierarquias Raciais e o Papel do Racismo na política de Imigração. In *RAÇA, CIÊNCIAS E SOCIEDADE* Rio de Janeiro, FIOCRUZ/CCBB. 1996.

SILVA, José Carlos Gomes. *RAPNA CIDADE DE SÃO PAULO: música etnicidade e experiência urbana* Tese de Doutorado defendida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas na Universidade de Campinas. 1998.

SOARES, Reinaldo da Silva. *NEGROS DE CLASSE MÉDIA EM SÃO PAULO: estilo de vida e identidade negra* Tese de doutorado defendida na FFLCH/ USP. 2004.

SKIDMORE, Thomas E. *PRETO NO BRANCO: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1976.